



DIAS, António Jorge (Porto, 1907 - Lisboa, 1973)

Jorge Dias nasceu no seio de uma família próspera da média burguesia do Porto com propriedade fundiária no Minho. Cedo demonstrou uma forte atracção pela vida popular rural, percorrendo com amigos o Norte do País, passando temporadas nas aldeias e chegando mesmo a trabalhar num circo, por divertimento e solidariedade com os artistas. Tendo finalizado os estudos relativamente tarde, licenciou-se em Filologia Germânica pela Universidade de Coimbra e doutorou-se em Etnologia (*Volkskunde*) na Universidade de Munique em 1944, com a tese *Vilariño da Furna, Um Povo Autárquico da Serra Amarela*. Em Munique conhece a sua esposa Margot, que vem a ser sua companheira de pesquisa ao longo de toda a vida. Realizaria, mais tarde, em 1965, um outro doutoramento em Etnologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação *Os Macondes de Moçambique*.

Entre 1938 e 1947 foi leitor de português nas universidades de Rostock, Munique, Berlim, Santiago de Compostela e Madrid. O seu percurso académico leva-o ao professorado nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa. Integrará também o quadro docente do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos – antiga Escola Superior Colonial e antecessor do actual ISCSP- onde era professor catedrático e ensinava antropologia cultural há vários anos aquando do seu falecimento.

O seu percurso na docência foi acompanhado por uma carreira na investigação, que se desenvolve a partir de 1947, quando passa a dirigir o sector da Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, e forma aquela que viria a ser a sua equipa, composta pela sua mulher, Margot, Fernando Galhano, Ernesto Veiga de Oliveira e, mais tarde, por Benjamim Pereira. Esta dedicou-se ao estudo exaustivo da etnografia portuguesa, debruçando-se em particular, mas não exclusivamente, sobre a cultura material em meio rural e as tecnologias ligadas à actividade agrícola (Ernesto Veiga de Oliveira, “António Jorge Dias”).

A origem social e a educação dotaram Jorge Dias de importantes capitais culturais e sociais. Poliglota, dominava os idiomas científicos mais importantes: o francês, o inglês e o alemão. Isto permitia-lhe não só aceder à bibliografia internacional, como fazia dele alguém com quem não podiam concorrer os etnógrafos autodidactas em Portugal ou os administradores coloniais interessados pela etnografia colonial. Estes factos devem ser tidos em conta para compreender o à vontade com que se moveu desde logo nos círculos da etnologia europeia do pós-guerra ligados à preservação das artes e tradições populares. Fez parte da Comissão Internacional das Artes e Tradições Populares (CIAP), futura SIEF (Sociedade Internacional de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Etnologia e Folclore) e do primeiro conselho editorial da revista *Ethnologia Europaea* (Ernesto Veiga de Oliveira, Prefácio a *Os Arados Portugueses...*). E devemos tê-los presentes para entender o seu percurso ascendente no campo científico.

Quase toda a investigação de Jorge Dias, dispersa em alguns livros e em mais de uma centena de artigos, se desenrola em Portugal, sendo a exceção mais importante o estudo que dirige em Moçambique na segunda metade da década de cinquenta. Para efeitos de sistematização, podemos agregar sua obra em cinco conjuntos principais. O primeiro é constituído pelos ensaios que dedica à cultura material, nomeadamente à habitação, aos arados, aos espigueiros e, de um modo geral, à tecnologia empregue na agricultura e na transformação de produtos agrícolas. Depois, temos os estudos destinados a sistematizar as articulações e as diferenças entre disciplinas como a etnografia, a etnologia, o folclore ou a antropologia cultural, bem como os que tratam de metodologia, além dos manuais (sebentas) destinados ao ensino e um pequeno número de textos sobre temas e autores da etnografia portuguesa. Num terceiro agregam-se os diversos ensaios de síntese do que designou como “carácter nacional” português. Num quarto, artigos sobre temáticas diversas, da sexualidade ao culto dos mortos. Finalmente, podemos agrupar num último conjunto os estudos em que procurou caracterizar populações circunscritas no espaço – “comunidades” – e que são muito diferentes. Os dois primeiros, dedicados a duas aldeias do Norte de Portugal, com uma população reduzida e concentrada num pequeno espaço, assentaram na observação pessoal. O último é uma investigação de equipa, que se propõe estudar uma sociedade com mais de 100 000 indivíduos – os Macondes no Norte de Moçambique – dispersa por um território vasto, cuja língua se desconhecia e com quem o relacionamento não podia aspirar à intimidade cultural das primeiras monografias. Há, no entanto, ligações ao nível do conteúdo entre as primeiras e esta última, detectáveis tanto no papel que é conferido ao ambiente e à história, como na preocupação com a cultura material, a organização social, as crenças e a cultura popular, e, em geral, com uma tradição que o antropólogo pressentia ameaçada.

Para podermos compreender as posições e a trajectória de Jorge Dias, temos que procurar conhecer melhor a sua trajectória pessoal, não basta referir as vantagens proporcionadas pela classe em que nasceu e pela educação que teve. Temos que levar em consideração a sua subjectividade e inserir o seu percurso pessoal no contexto histórico em que decorreu. O pouco que ainda hoje se sabe da sua juventude permite, de qualquer modo, ver nele um inconformado com o destino mais provável de um membro da classe média abastada, destinado aos negócios, como o pai, ou a uma ocupação profissional rendosa. Quando jovem sentiu a atracção pelo mundo rural e pelas aldeias de montanha, pela vagabundagem, como lhe chamou, ligada a um sentimento de liberdade profundo, em contraste com o que lhe ofereceria a vida da cidade. Chegou mesmo a pensar viver no campo com amigos, alguns dos quais permaneceriam os seus companheiros intelectuais mais íntimos até ao fim. Esta paixão pelo mundo rural traduziu-se numa vocação etnográfica que o levou ao estudo do campesinato, em particular do que parecia mais distante da vida urbana do seu tempo e meio. No fim de contas, como explicou numa carta a Ernesto Veiga de Oliveira, a etnografia permitir-lhes-ia levar a vida sonhada, acompanhada do conforto de um ordenado (João Leal, A



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

energia da antropologia..., 2008).

O campesinato era objecto de estudo pela etnografia portuguesa desde as últimas décadas do século XIX, pois se ele podia ser, na óptica membros das classes urbanas letradas, que viam os outros a partir da sua própria posição, um grupo marcado pelo arcaísmo e pela distância face à cultura letrada, para outros, tocados pelo nacionalismo a partir do romantismo, ele era um fiel depositário das tradições nacionais mais autênticas, pela ausência de exposição ao que vinha de fora. A etnografia, a etnologia, tal como a filologia, a história, a arqueologia ou a geografia, às vezes cultivadas por uma mesma pessoa – como sucedeu com Leite de Vasconcelos – e todas animadas pelo sopro nacionalista, haviam-se desenvolvido nas últimas décadas do século XIX. Jorge Dias é um herdeiro dessa tradição, a que pertencem Adolfo Coelho, Rocha Peixoto, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga e José Leite de Vasconcelos (J. Leal, *Etnografias Portuguesas...*, 2000, pp. 27-61). Com uma formação nas humanidades, não será um praticante da antropologia física, introduzida no ensino universitário no século XIX.

O tempo em que se forma Jorge Dias está muito longe dos dias mais brilhantes dos primeiros etnólogos portugueses. A etnografia produzida em Portugal, sem grande eco no ensino universitário, tinha-se transformado num saber voltado para as peculiaridades regionais, despojado do cosmopolitismo e das ambições sistemáticas do passado.

A formação de Jorge Dias revela-se eclética, uma combinação entre o legado da etnologia portuguesa com outros contributos, adquiridos ao longo da sua carreira. Entre eles a antropologia alemã, com a sua tradição historicista e geográfica, ocupa um lugar relevante do princípio ao fim do seu trabalho. A influência maior que reconhece nesta é a de Thurnwald, um difusionista e funcionalista moderado, pois reconhecia a importância da história. Além disso, este antropólogo, familiarizado com a antropologia norte-americana e britânica das décadas de vinte e de trinta, terá sido porventura a fonte do seu primeiro conhecimento de ambas. Outras disciplinas, como a geografia humana, a filologia, arqueologia ou a “psicologia dos povos” fazem parte do seu aprendizado. A sua formação enriquece-se de modo crucial pelo contacto com a antropologia cultural norte-americana que, através da figura eminente de Franz Boas, mantinha conexões com a tradição alemã. Além deste, conheceu a obra de outros autores da maior importância, como Kroeber, Herskovits – um grande defensor das independências africanas - Margaret Mead, ou, principalmente, Ruth Benedict – uma influência maior na monografia sobre Rio de Onor e nas suas indagações sobre o “carácter nacional”. Estas últimas foram figuras maiores da escola conhecida como “cultura e personalidade”, cujas formulações têm justamente um antepassado na “psicologia dos povos” alemã.

A sua relação com a antropologia britânica é menor, muito embora conheça cedo os clássicos Tylor e Frazer e os fundadores da escola funcionalista. Mas, nos anos cinquenta, manifestava grandes reservas face ao que entendia serem os propósitos do funcionalismo britânico. Interessavam-lhe muito mais as dimensões culturais e psicológicas do que o estudo dos sistemas sociais, que associava a essa escola antropológica. Em seu entender, não bastaria conhecer o modo como uma sociedade se organizava para satisfazer as suas necessidades materiais e espirituais, era preciso saber como as pessoas pensavam e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sentiam. Era crítico da influência de Durkheim no funcionalismo, pois entendia que o sociólogo francês, ao centrar-se em factos sociais exteriores ao indivíduo, se afastava das preocupações com a análise do modo de pensar e de sentir dos indivíduos, e da análise dos padrões de cultura em que a ação dos mesmos se insere. E, conquanto defendesse a colaboração entre a antropologia e a sociologia, concebia a última como vocacionada para o estudo de problemas estruturais e padrões sociodemográficos, enquanto a primeira seria adequada ao que designava serem os “problemas subtis”: religião, magia, emoções (J. M. Sobral, *O Outro aqui tão Próximo...*, 2007 pp. 498-500).

O conhecimento da antropologia britânica aprofundar-se-á, sobretudo com o seu estudo em Moçambique, em que são referidos vários autores contemporâneos – Evans-Pritchard, Meyer Fortes, Audrey Richards, J. Clyde Mitchell, Max Gluckman - em particular os envolvidos na antropologia de África. Aliás, figuras tão importantes quanto Meyer Fortes, Max Gluckman – fundador da chamada escola de Manchester, interessado no conflito e na desigualdade - ou Max Marwick contribuem para os volumes de estudos publicados em sua honra (*In Memoriam António Jorge Dias*, 1974).

Mas Jorge Dias está distante dos temas e conceitos da produção anglo-americana que, desde os anos cinquenta, incide sobre a Europa mediterrânica e no âmbito da qual José Cutileiro (1971) viria a realizar uma investigação nos anos sessenta. Esta, com a sua ênfase na desigualdade económica e social que estruturava a sociedade alentejana, dava uma imagem de um Portugal rural em absoluto contraste com a sua, centrada no Norte, onde a assimetria na posse da terra não assumia o carácter extremo das terras meridionais. O seu conhecimento da antropologia francesa também surge sobretudo ligado a etnólogos e estudiosos do folclore que já se afirmam antes da Segunda Guerra Mundial, a alguns africanistas que escrevem posteriormente, sendo praticamente nulo o impacto do estruturalismo.

A reputação de Jorge Dias não foi construída pelos escritos em que se refere à teoria ou à metodologia da antropologia, que são textos subsidiários das suas produções principais ou produto associado à sua atividade docente e não envolvem discussões sofisticadas dos autores ou teorias abordadas. Todavia, deve ter-se em conta que, num país em que não havia praticamente ensino em ciências sociais e em que a investigação, quando existia, aparecia como completamente desligada da discussão científica internacional contemporânea, a sua referência a alguma da produção científica internacional já era em si mesmo um capital e um sinal de cosmopolitismo raríssimo.

A sua fama deve-se, principalmente, às monografias de que foi autor ou co-autor, bem como às considerações sobre o “carácter nacional” português – sem menosprezar outros trabalhos a sós ou em equipa. A sua primeira monografia publicada, *Vilarinho da Furna* (1948), é uma ampliação da tese defendida em Munique em 1944. Conquanto tenha sido orientada por um professor nazi não existem nela quaisquer tratos do determinismo racial que se encontra no cerne do nacional-socialismo. Tanto as formas da vida económica e social dessa comunidade – um sistema de vida colectivista e autárquico – como as suas crenças, eram apresentadas como o resultado da influência do meio e do tipo de atividade preponderante. *Vilarinho da Furna*, aldeia agro-pastoril de montanha, isolada, era uma aldeia comunitária, uma povoação



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em que a organização da atividade pastoril se fazia de modo colectivo e a vida social era regida pelas determinações de dirigentes eleitos pelos vizinhos. Esta organização era exaltada como constituindo um verdadeiro exemplo de “democracia representativa”. O comunitarismo também era apreciado como algo de positivo, por ser alheio ao “individualismo” – um modo de se referir a atitudes próprias do capitalismo, como o interesse próprio e a busca do lucro - que campeava fora, no meio citadino. Esta representação de uma aldeia, norteada pela fraternidade, unia-se, também, a uma exaltação das capacidades dos seus habitantes. Sendo certo que estes eram vistos, numa perspectiva evolucionista, como presos a práticas cognitivas como a magia e a superstição, tidas como falsas à luz da ciência moderna, também não deixava de ser nítido o modo positivo como os encarava. Elogiava a sua inteligência, independência de pensamento, capacidade para pensarem sobre a vida e o destino e para discorrerem sobre temas de política internacional, de forma superior aos dos cidadãos da “burguesia média”.

Esta atitude de exaltação destas populações rurais, que contrastava com a representação dos mesmos como “ignorantes”, “atrasados” - ou “parolos”, vocábulo frequente nas representações dos mesmos pela classe média da época – reproduz-se na sua segunda monografia, bastante mais volumosa, dedicada à aldeia transmontana de Rio de Onor. Embora a formação intelectual de Jorge Dias tivesse entretanto evoluído – há um maior contributo da etnologia peninsular e da história e já se nota o impacto da antropologia cultural norte-americana – reproduz o mesmo tipo de olhar. Elogia-se a vida local, onde a propriedade privada coexiste com vários tipos de propriedade colectiva, a sua organização assente na eleição dos dirigentes pelos vizinhos – mais um exemplo de “democracia representativa” – a sua concepção de vida pré-capitalista. Era ao mesmo tempo uma representação empática, e valorizadora dessas populações, mas idealizada, pastoral, nostálgica, de uma vida difícil e, para muitos, miserável (J. Leal, *Antropologia em Portugal...*, pp. 149-166). Esta imagem está em sintonia com a apreciação que sentia pelas representações bucólicas e idealizadas do mundo rural de Júlio Dinis (José M. Sobral, *O Outro aqui tão Próximo...*, 2007, p. 516).

Jorge Dias estabeleceu uma relação entre as caracterizações do carácter dos portugueses, os seus estudos de comunidade e a concepção que desenvolveu da expansão ultramarina portuguesa. O seu interesse pela cultura material era focado nas dimensões tradicionais que, como a organização social, ou o *ethos*, se pensava estarem em vias de desaparecimento. A sua actividade de investigação em Portugal centra-se na região Norte, e é principalmente nela que busca os elementos básicos da identidade nacional (João Leal, *Antropologia em Portugal...*, pp. 149-166). Interessado pela etnogenealogia dos portugueses, fá-la recuar às populações castrejas, que liga às aldeias que estudou, e descortina nas suas instituições e atitudes observadas no presente indicadores de uma essência intemporal – ou quase - dos portugueses.

Muito embora tenha exprimido as suas reservas quanto à possibilidade de estudar cabalmente o “carácter nacional” português porque lhe faltariam os estudos básicos prévios a tal empreendimento, não deixou de elaborar algumas representações deste. Numa descrição necessariamente abreviada, diremos que elas apontam para uma leitura de base histórica da sociedade portuguesa, em que se valoriza a relação



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

dos portugueses com o mar, a fusão de heranças étnicas provenientes do Norte da Europa com os provenientes de outros locais, incluindo a África, a importância da estrutura patriarcal e comunitária – generalizando aquilo que define como uma característica *nortenha* – que lhes permitiria mesmo incorporar os servidores escravos na família. Os portugueses, católicos, distinguir-se-iam do comportamento dos colonizadores protestantes, pois a sua expansão não obedecia à ética destes últimos, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo. Os motivos utilitários e do lucro não eram alheios à expansão portuguesa, mas seriam secundários diante das motivações de carácter religioso. Além disso, os portugueses não eram racistas, reconheceriam a igualdade do género humano, e possuíam uma missão específica na história da humanidade: a de colocar em contacto ecuménico as diversas populações do mundo e assegurar a difusão de uma crença apresentada como superior: o cristianismo. Como se pode ver, o autor concebe a colonização portuguesa como parte fundamental do carácter nacional (José Manuel Sobral, *O Outro aqui tão Próximo...*, pp. 491-497).

Segundo ele, há “três fases fundamentais na vida da humanidade”: uma inicial, de expansão, em que o homem necessitava de áreas extensas em que pudesse matar a fome, dispersando-se, assim, pela Terra; a fase seguinte, no Neolítico, inaugura-se com a agricultura, a sedentarização, a estratificação social, a busca de riqueza e o conflito, emergindo uma cultura, a grega, que traz consigo formas superiores de conhecimento, cultura essa que será difundida pelos romanos, que difundem uma civilização superior. Finalmente, surgido das ruínas do Império romano e dos embates com os povos germânico, o cristianismo, suavizador dos costumes, e portador de um ideal de fraternidade humana, impor-se-ia. Os portugueses, continuadores das dinâmicas do Neolítico, que os levam a dilatar o Império – como os romanos – são apresentados como desempenhando a parte mais importante da terceira fase, espiritual, a da dilatação da Fé (J. Dias, *A expansão ultramarina portuguesa à luz da moderna antropologia*, 1956, pp. 150-153; J. Dias, *Antropologia Cultural*, 1965-66, pp. 163-175).

Não se pode aqui fazer mais do que uma breve apresentação de alguns pontos-chave do discurso do antropólogo, deixando de lado elementos importantes desta construção intelectual. Estas considerações devem, aliás, ser examinadas tendo em conta tanto o que ela nos revelam da sua ideologia pessoal, como da época em que se desenrolou a sua acção. A conjuntura em que o autor atua é, no campo intelectual, dominada pelo lento descrédito das explicações rúnicas do comportamento social, pela sua associação ao nazismo e outras formas extremas de racismo. É o momento em que começa a empalidecer em Portugal a estrela de um Mendes Correia, o antropólogo físico hostil à mestiçagem, e em que o relativamente jovem e antirracista Jorge Dias – que se identifica em larga medida com uma antropologia cultural americana que se havia distinguido no combate ao racismo - se vai afirmando progressivamente. Mas esta é também uma conjuntura marcada pela descolonização internacional e pelas guerras coloniais desencadeadas na sequência da oposição do Estado Novo à independência das colónias. Tornava-se urgente para o Estado português definir a colonização portuguesa enquanto radicalmente diferente das outras, para legitimar a continuidade do Império. Assiste-se, então, à promoção em Portugal do ideário luso tropicalista de Gilberto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Freyre e Jorge Dias colhe nele inspiração selectiva, exaltando a mestiçagem, mas não colocando todavia a ênfase no legado mouro e judaico entre os portugueses. Mas não só. Também as considerações de Sérgio Buarque de Hollanda, bebidas em Weber, de que os portugueses, católicos, não conferiram à sua colonização um carácter capitalista, foram utilizadas por Jorge Dias (J.M. Sobral, *O Outro aqui tão Próximo...*, 2007, p. 495). Os contributos da antropologia cultural, de pendor relativista, convivem, no discurso do autor, com uma atitude nacionalista etnocêntrica que insiste na superioridade civilizacional do cristianismo e na missão providencial dos portugueses, a qual se identificava plenamente com a retórica política oficial do Estado Novo.

Esta identificação foi fundamental para explicar a alteração radical que se processa com a afirmação de Jorge Dias no campo científico da antropologia. A antropobiologia era o saber dominante em Portugal no período anterior, que viu desaparecer o último representante da tradição etnológica Oitocentista, Leite de Vasconcelos. A sua figura principal era Mendes Correia, médico de formação, defensor da superioridade “branca” e hostil à mestiçagem. Mas as abordagens racialistas e racistas ficaram desacreditadas pela sua associação aos nazis e aos seus aliados. No pós-guerra, que é também dominado pela descolonização a partir da independência da União Indiana, a raça perde valor como factor explicativo, afirmando-se a valia de outros factores, como a cultura. É neste contexto político e intelectual que a antropologia cultural se vai afirmar com Jorge Dias, que irá substituir como figura cimeira Mendes Correia, que lhe proporcionou o primeiro posto como investigador depois do seu doutoramento (J. M. Sobral, *Representações Portuguesas e Brasileiras da Identidade Nacional...*)

Essa identificação é, seguramente, a condição que torna possível a missão de investigação ao Norte de Moçambique dedicada ao estudo dos Macondes, que ele coloca sob a inspiração de Thurnwald, que havia estudado os Macondes que viviam no Tanganica, antiga colónia alemã. Dela resultou uma publicação em quatro volumes, dominada pelas suas contribuições, obra de uma dimensão única na antropologia colonial portuguesa. Esta abordagem apresenta-se como bastante desligada do desenvolvimento contemporâneo da antropologia em África, interessada em processos de transformação que estavam a ter lugar então e praticada nos países fronteiros a Moçambique – como os relativos ao impacto do colonialismo, à mudança social, ao trabalho migrante, ao desenvolvimento económico (H. West, *Inverting the Camel's Hump...*, p. 56). Jorge Dias ofereceu conscientemente um retrato dos Macondes enquanto sociedade tradicional (J. Dias, pref. a *Os Macondes de Moçambique*, p. 11), estática, excluindo as dinâmicas de mudança, que sabia estarem a ocorrer com intensidade nesse mesmo tempo e espaço (J. Dias e M. V. Guerreiro, *Relatório da Campanha de 1957*, 1958).

O tratamento destas últimas foi explicitamente remetido para relatórios confidenciais destinados às autoridades. O seu conteúdo mostra que o interesse pelo estudo dos Macondes estava vinculado a uma preocupação aguda com as atitudes face à presença portuguesa. Pensava-se que os Macondes de Moçambique poderiam ser um tampão ao Islão, pois os muçulmanos eram vistos como hostis à presença portuguesa. Denota uma enorme inquietação com a presença de comunidades oriundas do sub-continente



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

indiano, tidas como hostis aos portugueses, que então ainda possuíam o chamado “Estado da Índia”. Preocupação também pelo que estava a acontecer em algumas sociedades africanas, e no vizinho Tanganica, em particular, país para onde imigravam Macondes do Norte de Moçambique, pois era uma sociedade tida como materialmente superior, e onde os “pretos” se estavam a emancipar. O texto dos relatórios revela, igualmente, uma realidade colonial contraditória em absoluto não só com a propaganda do Estado Novo, como com os ensaios em que o próprio Jorge Dias faz a apologia da excepcionalidade exemplar da colonização portuguesa. Há consciência de existir hostilidade ao colonizador, do racismo deste, manifesto na protecção às arbitrariedades do “branco”, nos mau-tratos físicos, na exploração económica, numa situação de interrelacionamento “racial” inteiramente ao invés do discurso oficial.

Mas embora esses textos revelem, de modo aberto e crítico, dimensões habitualmente ocultadas da realidade colonial, também permitem verificar que Jorge Dias, que deixou entre os Macondes, tal como a mulher, a lembrança de um “branco” radicalmente diferente – pelo trato e empatia - dos outros a que estavam habituados (H. West, *Inverting the Camel's Hump...*, p. 64), nunca pôs em causa a legitimidade da dominação portuguesa. Mesmo nos relatórios, que antecedem em escassos anos o início do confronto armado anti-colonial, reivindica mudanças que permitam a continuidade da nação pluricontinental (R. Pereira, “*Introdução à Reedição de 1958*”, XXVIII-LII).

O impacto de Jorge Dias no campo universitário entre os anos cinquenta e setenta permitiu-lhe abrir espaço para algum desenvolvimento do ensino e dos estudos da Etnologia, de que ficam os trabalhos que dirigiu, bem como os da equipa que constituiu. Mas a sua influência fez-se sentir para lá das fronteiras da Antropologia. Teve uma ligação profunda com o principal geógrafo português do seu tempo, Orlando Ribeiro (Ribeiro, “Nota Preliminar”), e o seu trabalho e da sua equipa foi tido em consideração por José Mattoso, na obra *Identificação de um País* (1985), que também confere relevo às suas considerações sobre o carácter nacional, tal como o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, por exemplo (J. Leal, *Etnografias Portuguesas...*, pp. 94-104). Dirigiu o Centro de Estudos de Etnologia – antigo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular - dedicado a Portugal, e o Centro de Estudos de Antropologia Cultural, dedicado à investigação fora do país. Deve-se-lhe a criação do Museu de Etnologia, fundado em 1965 como Museu de Etnologia do Ultramar, dotado de um edifício construído para o efeito em 1976. Nele reuniu-se um acervo de enorme riqueza constituído por materiais provenientes de Portugal, muitos dos quais ligados à pesquisa da sua equipa, espólio proveniente das colónias e com outras origens, visto que se recusou desde o início a sua circunscrição ao “Ultramar” – o projecto, de carácter universalista, seria o de fazer um “verdadeiro Museu do Homem”, segundo o seu colaborador e amigo mais próximo (E. V. de Oliveira, “*António Jorge Dias*”, 1974, p. 13).

Falecido em 1973, o papel oficial que desempenhou no Estado Novo não impediu que uma boa parte da sua herança intelectual fosse bem acolhida pelas gerações que lhe seguiram. Os tópicos dos ensaios sobre o “carácter nacional” e mesmo sobre a expansão continuaram a encontrar recepção, insistindo-se no tema do encontro entre povos e culturas de que a última se revestiria e desvalorizando o seu significado



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

enquanto empreendimento de poder e exploração imperial. A riqueza dos trabalhos sobre a vida rural tradicional, e em particular sobre a cultura material, foi reconhecida. Os estudos sobre Vilarinho da Furna e Rio de Onor, as primeiras e durante muito tempo as únicas monografias da sociedade rural portuguesa, exerceram um forte atrativo sobre antropólogos e sociólogos do campesinato depois de 1974, quando as ciências sociais se puderam desenvolver em Portugal – embora a imagem que transmitiam do comunitarismo fosse alvo de crítica, por não ter devidamente em conta a desigualdade existente. A própria implantação da democracia em 1974, com a sua revalorização do “povo”, também contribuiu para isso. Mas essa atracção ultrapassou os círculos académicos convencionais, sendo objecto de filmes – ambos de António Campos, *Vilarinho da Furna* de 1971 e *Falamos de Rio de Onor*, estreado em 1974 - em que o seu modo de viver tradicional é encarado com a maior simpatia. O comunitarismo atraíu os críticos da sociedade moderna e cada vez mais urbana, que proliferaram com a contestação anticapitalista, anticonsumista e a nostalgia pela vida em comunidade que se fez sentir com intensidade a partir de finais da década de sessenta do século XX (Sobral, *O Outro aqui tão Próximo...*, pp. 512-517). Também eles eram jovens rebeldes com muitas posições afins às que haviam outrora levado o antropólogo ao mundo rural. Quanto à monografia dos Macondes, uma população que se distinguiu na luta anti-colonial, apesar dos limites analíticos que o próprio líder do estudo reconheceu, ficou como um repositório de informação sem paralelo sobre um povo africano sob domínio português. O estudo sobre os Macondes foi bem recebido por estes. A obra adquiriu, entre membros da sua elite, o estatuto de um monumento à sua cultura (West, *Inverting the Camel's Hump...*, pp. 57-58).

Bibliografia activa: DIAS, Jorge, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982 (2ª ed.); *Vilarinho da Furna: Um Povo Autárquico da Serra Amarela, Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwurde der philosophischen Fakultät der Ludwig-Maximilians-Universität zu München vorgelegt von Dr. António Jorge Dias, aus Oporto/Portugal*, Munique, 1944; *Vilarinho da Furna, uma Aldeia Comunitária*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981 (2ª edição); *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa, Editorial Presença, 1984; “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa” e “A Expansão Ultramarina Portuguesa à Luz da Moderna Antropologia”, in *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961; “O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura”, in *Estudos do Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 35-49; *Os Macondes de Moçambique: I, Aspectos Históricos e Económicos*, Lisboa, CNCDP/IICT, 1998 (1ª ed. 1964); DIAS, J. e DIAS, M. *Os Macondes de Moçambique: II, Cultura Material*, Junta de Investigações do Ultramar, 1964; DIAS, J. e DIAS, M., *Os Macondes de Moçambique: III, Vida Social e Ritual*, Junta de Investigações do Ultramar, 1970; DIAS, J. e GUERREIRO, M. V., *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958; DIAS, Jorge, *Antropologia Cultural* (Lições dadas ao 1º ano do Curso Complementar pelo

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Prof. Doutor Jorge Dias), Lisboa, Edição da Associação Académica do I.S.C.S.P.U., 1965-66.

Bibliografia Passiva: LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000; Id., *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Tradições*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; Id., “A energia da antropologia: seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira”, Lisboa, *Etnográfica*, vol. 12 (2), 2008: 503-521; MATTOSO, José, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325), Volume I – Oposição*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985; PEREIRA, R., “Introdução à Reedição”, in Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique, I, Aspectos Históricos e Económicos*, Lisboa, CNCDP/IICT, 1998 (1ª ed. 1964), V-LII; RIBEIRO, Orlando, “Nota Preliminar”. *Vilarinho da Furna: uma Aldeia Comunitária*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981 (2ª ed.), pp. 7-11; SOBRAL, José Manuel, “Representações Portuguesas e Brasileiras da Identidade Nacional Portuguesa no Século XX”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, vol. 41 (2), 2010, pp. 125-139; SOBRAL, José Manuel, “O Outro aqui tão Próximo: Jorge Dias e a Redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa (Anos 70-80 do Século XX)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, vol. 28, 2007, pp. 479-526; VEIGA de OLIVEIRA, Ernesto, “António Jorge Dias”. *In Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, pp. 12-20

WEST, HARRY G., “Inverting the Camel’s Hump: Jorge Dias, His Wife, Their Interpreter, and I”, in Richard Handler (ed.) *Significant Others: Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology* (History of Anthropology vol. 10), Madison, The University of Wisconsin Press, 2004, pp. 51-90.

José Manuel Sobral



APOIOS:

